

RESENHA

Sobra a Guerra: facções e crime no Brasil

Camila Holanda Marinho¹

1. Doutora em Sociologia (UFC). Professora de Teoria Sociológica da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em pesquisas nas áreas de Sociologia da Juventude, da Violência e dos Conflitos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: culturas juvenis, infância e adolescência, políticas públicas, violência, cidade, pobreza, desigualdade social e direitos humanos. **camilaholandamarinho@gmail.com**

MANSO, Bruno Paes. DIAS, Camila Nunes. A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

Saldamos a todos irmãos e companheiros, um forte abraço leal e cinsero e verdadeiro. Viemos através desse parabenizar todos os irmãos e companheiros na união que está sendo desenvolvida na unidade do estado, comarca e sistema hoje e, com muito orgulho (2018, p.20).

Com esse “salve”, uma forma de comunicação escrita por integrantes de facções criminosas que estão presos no sistema penal brasileiro, divulgado em novembro de 2013, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo em Roraima, eu início a resenha do livro de autoria de Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias, e convido os leitores a refletirem sobre as singularidades e o protagonismo do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma poderosa facção criminosa brasileira originária de São Paulo com ramificações em todo país. Formou-se em 31 de agosto de 1993 no anexo da Casa de Custódia de Taubaté quando um grupo de presos jogadores de futebol se uniram para matar dissidentes

daquela cadeia. Com o sucesso da articulação, outros conflitos foram surgindo e o grupo foi conseguindo arregimentar novos parceiros.

A trajetória de seus líderes, dos crimes planejados e executados, das alianças e das disputas com outras organizações criminosas nacionais e internacionais, sua forma peculiar de organização e de expansão, os crimes e conflitos nas regiões de fronteira, as histórias de pessoas que cruzaram os caminhos dos integrantes do PCC são narradas nesse livro publicado em 2018. Uma obra com 342 páginas organizadas em 10 capítulos cujo enredo coloca em destaque acontecimentos que marcam a história do crime no Brasil, destacando situações que ocorreram e ainda ocorrem em diversos Estados Brasileiros, seja dentro dos muros das prisões ou no cotidiano das comunidades pobres, tornado o Brasil um dos países mais violentos do mundo, com uma enorme população carcerária e uma juventude apta para os batismos que os incluem em facções criminosas, tornando-os “irmãos”. Uma inclusão e irmandade perversa.

Num emaranhado de tramas e personagens, os autores do livro “A Guerra” também escolheram incluir nas narrativas sobre a mundo do crime as histórias de brasileiros(as) que enfrentam cotidianamente os desafios de sobreviver em um país violento, desigual e racista, onde a justiça social inexistente para muitas pessoas pobres. Portanto, trajetórias de vida de pessoas comuns que perderam um familiar ou uma pessoa do seu ciclo de afetos em decorrência dos conflitos dos grupos armados, com suas histórias entrelaçadas às histórias sobre a criminalidade brasileira. O livro apresenta narrativas instigantes, detalhadas e também angustiantes, prendendo os(as) leitores(as), e deixando-os(as) envolvidos(as) no enredo. Interessante abordagem metodológica escolhida pelos autores que ao fazerem uso de narrativas sobre passagens das histórias de vida dos personagens escolhidos nessa trama, entrecruzam fatos de suas vidas pessoais com acontecimentos ligados às estruturas e dinâmicas sociais mais amplas sobre a violência urbana no Brasil. Teresa Haguette¹ (2010) destaca que o uso de histórias de vida é uma abordagem metodológica que atende aos propósitos dos pesquisadores quando se preocupa com a experiência e a visão de mundo

1. HAGUETTE, Teresa Maria Frota. (2010). Metodologias qualitativas na Sociologia. 12 ed, Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

do narrador e “pode, mais do que qualquer técnica, exceto talvez a observação participante, dar sentido a noção de ‘processo’” (2010, p. 77).

A história de Vera Lúcia dos Santos, por exemplo, é uma história que desvenda enredos dramáticos e cruéis. Ela, uma mulher moradora da periferia de Santos em São Paulo dominada pelo comércio de drogas e chefiado pelo PCC, com diários conflitos entre traficantes e policiais e toques de recolher. Essa mulher teve a sua vida dilacerada em virtude das ações de facções criminosas, perdendo a filha, o genro e um amigo assassinados em sua comunidade. Em busca de justiça ela se aproximou de Débora Silva, outra mulher brasileira que teve o filho assassinado e passou a integrar o movimento “Mães de Maio”, um grupo de mulheres que desde maio de 2006 lutam por justiça e pela investigação dos crimes que ceifaram a vida de seus filhos no Estado de São Paulo. Vera Lúcia passou a ter seus passos vigiados e em uma invasão da polícia em sua casa foi acusada de tráfico de drogas, sendo condenada a uma pena de três anos e dois meses de prisão. No livro os autores apresentam uma narrativa de Vera: “Antes de tudo acontecer comigo, eu acreditava na Justiça. Achava que só ia para a cadeia pessoas que eram culpadas de algum crime. Por isso me sinto humilhada com a prisão” (2018, p. 111). Em maio de 2018, foi encontrada morta em sua cama abraçada a uma fotografia de sua filha.

Outra história importante narrada no livro é a história de Marielle Franco. Sua história pessoal marca um capítulo importante sobre a criminalidade brasileira, mas ocupando o outro lado, o lado daqueles que lutam pelos direitos humanos e pela justiça social. Eleita vereadora pelo Rio de Janeiro em 2016 com quase 50 mil votos, essa jovem socióloga, uma mulher negra e lésbica, moradora do Complexo de Favelas da Maré começou a atuar na Ong Maré Vive que denunciava casos de violência. Em 14 de março de 2018, uma data que entraria para a história dos direitos humanos no Brasil, ele foi assassinada junto com seu motorista, Anderson Gomes, na época em que a cidade do Rio de Janeiro vivia sobre intervenção federal militarizada, especialmente nas comunidades pobres e favelas cariocas, com militares circulando, abordando, revistando, invadindo, violentando pessoas, casas, comunidades e as trajetórias de pessoas invisíveis e silenciadas cujas vozes não são ouvidas pelo Estado e pela sociedade quando pedem socorro. Prestes a completar um ano de seu

assassinato, o Estado brasileiro ainda não apresentou os responsáveis pelo crime. As palavras finais do livro insinuam uma homenagem que os autores parecem prestar a Marille: “Depois do assassinato de Marielle, seu desabafo continua a ressoar. Poderia servir de alerta para que a sociedade e as autoridades reflitam sobre os erros cometidos há décadas – para ficar apenas na história recente. Afinal, não custa perguntar novamente: quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?” (2018, p. 329).

Os autores também utilizam outros recursos metodológicos interessantes, como os relatórios de CPIS nacionais e estaduais sobre o tráfico e o crime organizado no Brasil, os documentos institucionais do PCC (como estatutos e cartas), as comunicações realizadas por “salves”, letras de rap e vídeos publicados na internet pelos integrantes da facção, atestando uma excelência na investigação pela sua criatividade em ler diferentes narrativas e pelo zelo na forma como apresentaram um texto rico em detalhes e informações inéditas sobre o mundo do crime no Brasil. Para quem vai resenhar o livro fica o desafio em escolher trechos e informações mais importantes do que outras. Talvez outro escritor ou escritora escolhessem passagens diferentes das que escolhi, abrindo, portanto, novas possibilidades interpretativas sobre a obra, pois são vastas e singulares também as histórias de uma das mais importantes facções criminosas do Brasil.

No livro, o surgimento e o fortalecimento do PCC são relatados a partir das transformações do sistema penitenciário paulista logo após a maior chacina de sua história: “O Massacre do Carandiru”, que levou o governo de São Paulo a mudar sua organização e sua dinâmica. Segundo dados apresentados pelos autores do livro, até 1993, havia no Estado 36 unidades e 32 mil presos. Já no final da década de 2010 o sistema teve um aumento exponencial, registrando 170 unidades com 240 mil presos ultrapassando quase o dobro de sua capacidade. Ainda segundo os autores: “Dentro do sistema, uma nova geração começava a se formar. Pessoas nascidas em São Paulo, revoltadas com a violência policial, iriam se articular contra a opressão do Estado e se unir como alternativa para sobreviver. Não restavam opções: era preciso se organizar. Essa nova cultura prisional transformaria o interior dos presídios de forma ainda mais profunda no fim dos anos 1990, com a popularização dos

telefones celulares” (2018, p. 87). Portanto, a má, precária e equivocada gestão da política prisional brasileira, a superpopulação, a chegada dos telefones celulares e as transferências de presos entre prisões locais e estaduais, ao invés de desmobilizar o poder dos grupos, acabaram ajudando a facção a se fortalecer, a divulgar sua ideologia e a arregimentar novos “irmãos”.

Entre tantas rebeliões citadas no livro, que foram televisionadas e tiveram vídeos postados na internet, as rivalidades entre os grupos criminosos se intensificaram. Camila Nunes Dias e Bruno Manso também apresentam no livro grandes ações criminosas das principais facções do Norte e Nordeste brasileiro que possuem suas facções regionais, nos quais muitos nascem de dissidências com o PCC e que tem relações com os elevados índices de homicídios dessas regiões. São eles: os Guardiões do Estado (GDE) do Ceará, a Família do Norte (FDN) no Amazonas, o Sindicato do Crime no Rio Grande do Norte, o Okaida e os Estados Unidos na Paraíba, entre outros. O maior e mais complexo conflito é com a facção carioca Comando Vermelho (cv), que segundo os autores do livro se acirrou com a disputa pelo comércio de drogas e de armas nas fronteiras brasileiras.

Na disputa com o Comando Vermelho (cv) e com Luiz Fernando da Costa ou o Fernandinho Beira-Mar, conhecido como um importante líder do cv, nascido em 1967 no Rio de Janeiro, a história do PCC tem um extenso e intrigante capítulo a parte em meio à disputa pelo lucrativo comércio de drogas e armas no Brasil. Os autores do livro destacam que Beira-Mar é considerado “um empreendedor ousado e visionário” (2018, p. 152), especialmente por assegurar um cargo estratégico na chefia da facção desde o final dos anos de 1980, quando chega logo ao topo da hierarquia do tráfico chefiando a comunidade onde nasceu em Duque de Caxias. Beira-Mar está ininterruptamente encarcerado desde 2002, apesar de possuir um peculiar histórico de fugas do sistema prisional brasileiro. Após 2008 passa a ser transferido constantemente de presídio em presídio de segurança máxima, cumprindo pena atualmente na Penitenciária Federal de Mossoró no Rio Grande do Norte.

Em 1997, momento de uma de suas surpreendentes fugas, Beira-Mar “começaria a chacoalhar a cena de drogas no Brasil e alcançaria as fronteiras, abrindo brechas depois trilhadas pelo PCC” (2018, p. 153). Ele se estabeleceu

inicialmente em Pedro Juan Caballero na fronteira entre Mato Grosso do Sul e o Paraguai, uma das regiões mais violentas do mundo, para depois se fixar entre as cidades gêmeas Capitán Bado no Paraguai e Coronel Sapucaia no Brasil, região dotada de terras férteis para o cultivo de maconha. Segundo dados apresentados no livro, o Paraguai só perde para o Marrocos na produção mundial da planta. No Brasil, 80% da maconha consumida vêm do Paraguai e 20% do Nordeste Brasileiro - Pernambuco, Bahia, Piauí e Maranhão. Na fronteira, Beira-Mar é acolhido pelo “Rei da Maconha”, João Morel, um narcotraficante chefe de um clã familiar que há décadas controlava o contrabando na região e fornecia maconha e cocaína para o mercado brasileiro, inclusive para o Rio de Janeiro. Em Coronel Sapucaia, os negócios de Beira-Mar movimentava o comércio local de forma impressionante para uma cidade com pouco mais de 12 mil habitantes. Segundo, os autores: “Estima-se que 12 milhões de reais foram movimentados por Beira-Mar em Coronel Sapucaia em 1999 e 2000. Até mesmo a agência local do Banco do Brasil, acusada de favorecer transações com dinheiro do tráfico de drogas, deixou de ser considerada rentável após a fuga do traficante e também fechou as portas. Documentos registram envio de quase meio milhão de dólares para paraísos fiscais através do Banestado” (2018, p. 161). Procurado pela polícia brasileira, Beira-Mar precisou fugir para Colômbia até ser preso em 2001, deixando seu braço direito, Marcelinho Niterói, tomando conta dos negócios numa região repleta de plantações e laboratórios para o refino de cocaína. Niterói foi morto na favela Parque União no Complexo da Maré em uma operação da Polícia Civil carioca no ano de 2011.

Com base em um depoimento prestado quando estava na prisão, Beira-Mar relata que “comprava até 200 toneladas por ano de cocaína dos guerrilheiros das Farc, a quem pagava cerca de 10 milhões de reais por mês, chegando a abastecer 70% do mercado brasileiro. Disse também que chegou a fornecer mais de 10 mil armas aos guerrilheiros” (2018, p. 159). Um episódio classificado pelos autores do livro como até hoje “mal explicado” versa sobre a morte de dois filhos de João Morel (MAURO E RAMÓN) seguido da prisão do “Rei da Maconha” que cumpre pena na Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Campo Grande. Desentendimentos e desconfianças entre a família Morel e Marcelinho Niterói despertou a certeza que Beira-Mar estava sendo traído pelos seus antigos aliados,

o que logo reconfigurou as relações de poder na lucrativa região e uma nova e sangrenta disputa na fronteira entre Brasil e Paraguai.

Um novo agente surge nessa trama, Líder Cabral, um conhecido traficante paraguaio que atuava com o clã dos Morel e passa a guerrear com a quadrilha dos traficantes cariocas. Em 2002, a luxuosa mansão de Cabral é invadida em Capitán Bado por 20 homens armados matando 11 pessoas, entre elas a esposa e o filho de 3 anos de Cabral. Esse consegue fugir e após o massacre contra seu grupo planeja um revide contra o grupo de Beira-Mar. Nos dias seguintes, mais de 20 pessoas foram assassinadas em uma das maiores chacinas da história da fronteira, propriedades rurais de suspeitos de integrarem o grupo dos traficantes brasileiros foram incendiadas com muito sangue e terror se espalhando pela região. Cabral consegue se estabelecer na Argentina na tríplice fronteira com o Brasil e o Paraguai, onde continuou traficando maconha para o Brasil até ser preso pela Polícia Federal Brasileira em 2010, passando a cumprir pena no Estado do Paraná.

Para os autores do livro, o massacre de Capitán Bado foi um divisor de águas nas relações criminais na fronteira e possibilitou o surgimento de uma nova reconfiguração referente às disputas pelo poder da região. Num cenário com policiais corruptos no Paraguai aliados aos grupos criminosos de narcotraficantes tradicionais da fronteira, as articulações e parcerias estratégicas de grupos criminosos das regiões sudoestes brasileiras são fortalecidas, e dessa forma, o cenário da guerra estava montado e protagonizado pelas duas maiores facções brasileiras: cv e pcc. Com Beira-Mar em regime de isolamento nas prisões e a desarticulação dos clãs do narcotráfico na fronteira – família Morel e o Líder Cabral – surgem novas oportunidades para a ocupação de espaços e mercados e um novo arranjo nas redes criminosas. Com isso, segundo os autores do livro “A Guerra”, nos anos 2000, o pcc assume protagonismo na cena criminal fronteiriça. Outro fator importante para assegurar sua hegemonia na região foram os encontros entre líderes da facção com grandes narcotraficantes que estavam presos no sistema brasileiro já dominado pelo pcc: “Dentro do sistema dominado, restava a eles a única opção de se associar aos irmãos como garantia de segurança durante o cumprimento da pena e para dar continuidade aos negócios do lado de fora. Conforme os peixes grandes saíam de

cena, a rede construída pelo PCC dentro das prisões firmava novas parcerias com esses traficantes que ingressavam nos presídios, ampliando a complexidade e o poder de mercado do grupo” (2018, p. 165).

Como parte da estratégia de seus processos de expansão, o PCC estabelece uma “etiqueta de relacionamento com seus iguais no crime” (2018, p.117), uma espécie de “ética do crime”, que não foi inventada pelos seus integrantes, mas que, foi importante para a disseminação de seu poder nas prisões e “quebradas” paulistas. Além das regras escritas no seu estatuto, em cartilhas e “salves”, o PCC estabeleceu um processo fundamental para a reprodução de um “comportamento criminoso”: a chamada “conscientização”, uma forma de cobrança, de controle e de compreensão por parte dos “irmãos” sobre sua ética criminosa. Portanto, “conscientizar” trata-se de defender a moral coletiva compartilhada entre os “irmãos” e cobrar responsabilidades. Serve também como uma prática de mediação sobre os conflitos que ocorrem entre os integrantes da facção nas comunidades dominadas pelo PCC. Os autores do livro citam casos de presos que roubaram camisas de outros presos e foram obrigados a devolver perdendo vaga de trabalho na prisão, assim como, de conflitos relativos a assédio sexual entre uma adolescente e um morador de uma comunidade com a adolescente sendo proibida de sair de casa de noite e o morador condenado a deixar o bairro. Além de um relato cruel de um caso de linchamento, seguido de morte, de dois jovens acusados de roubar pessoas em uma parada de ônibus, sendo o incidente filmado por uma garota e o vídeo enviado para um presídio. O tribunal do crime estabeleceu como veredicto cortar o dedo da garota que filmou a ação, quebrar braços e pernas de um rapaz que riu do linchamento e surrar um traficante na região que foi omissa ao caso. Essa cobrança disciplinar é postulada pelo “resumo disciplinar”, uma instância do PCC responsável por fazer executar o Dicionário Disciplinar que possui 45 artigos para orientar as mediações feitas pelas “sintonias”. Segundo os autores do livro, a força e capacidade de governar do PCC também são reconhecidas pela proposta de construir um “mundo do crime pacificado”, capaz de melhorar a vida de seus integrantes, familiares e moradores dos bairros onde atuam, pois: “O processo só funcionou porque o movimento veio de baixo para cima. Obedecer a essas autoridades formadas em torno do PCC e colaborar com elas passou a fazer

sentido diante dos benefícios para quem vinha testemunhando violências brutais e cotidianas” (2018, p. 123).

O PCC é uma facção comumente mencionada pelo peculiar e estratégico nível de organização que é composta a partir de células que formam uma rede com hierarquias, ações e papéis estabelecidos. São Paulo cedia às duas instâncias máximas: a Sintonia Geral Final e o Resumo Disciplinar, seções que detêm o comando e o poder da organização. Abaixo vem a Sintonia de Gravatas (responsável pela contratação e pagamento dos advogados), a Sintonia da Ajuda (cuida da distribuição de cestas básicas para os integrantes da facção), a Sintonia do Cadastro (que relata os batizados, os punidos, os excluídos) e a Sintonia Financeira (responsável pelas finanças e outras sintonias). Ligado a Sintonia Financeira há: Sintonia da Cebola que arrecada as mensalidades dos membros da facção, a Sintonia da Rifa que cuida dos prêmios, a Sintonia do Cigarro responsável pela comercialização e contrabando do produto e a Sintonia do Progresso que atua no tráfico de droga. Esta coordena a Sintonia do Bob (comércio de maconha), da 100% (comércio de cocaína) e a das FMS (bocas de fumo). Interessante o desenho realizado pelos autores sobre a organização da facção, pois nos possibilita entender como uma estrutura delineada com rigor nos critérios hierárquicos e funcionais de atuação é importante para o “sucesso” do grupo, nos levando a entender um dos sentidos da expressão “organização criminoso”.

Um dos mais importantes líderes do PCC é Alejandro Juvenal Herbas Camacho Junior, mais conhecido como Marcola, nascido em Osasco no ano de 1968, filho de um boliviano e de uma dona de casa brasileira. Em 1977, após a morte de sua mãe ele e o irmão passam a morar na Zona Leste de São Paulo com os tios. Ele larga a escola no 7º ano, passa um curto tempo trabalhando como office boy até “descer” pela primeira vez para a Casa de Detenção em 1986 depois de um assalto frustrado a um banco. Apontado pelo Estado Brasileiro como o perigoso e astuto líder do PCC (título que ele não reconhece) Marcola “faz parte de uma geração de criminosos paulistas que testemunhou violência policial, justiceiros, chacinas e o mata-mata entre ‘irmãos’ durante as últimas décadas do século XX” (2018, p. 134). Atualmente Marcola cumpre pena de 234 na Penitenciária Federal de Brasília (DF), com sua transferência

abrindo um novo capítulo para analisar o poder no PCC no Brasil, e envolto pelos desafios do Estado brasileiro em quebrar a cadeia de comando da cúpula ou como escrevem Camila Nunes Dias e Bruno Paes Manso no site da editora do livro logo após seu lançamento: “o isolamento pode acelerar esses processos, dar espaço para a ampliação desses questionamentos, abrir caminho para o surgimento de uma nova geração de líderes, eventualmente, com outro perfil de atuação, e reconfigurar a estrutura e a dinâmica da facção²”.

Marcola foi uma peça chave para a expansão do PCC, que ocorreu no final dos anos 1990 dentro do sistema prisional. Após a saída dos principais líderes do sistema paulista para compartilhar celas com presos de outros presídios, espalhados por diversos estados brasileiros, à facção se fortalece “sob os olhos do Estado”. Portanto, uma espécie de intercâmbio prisional que aumento seu poder. Nesse tempo, o PCC era comandado pelos “autodeterminados gerais” e fundadores da facção: Geleião, Cesinha e Misael, e em razão de suas transferências especialmente para os presídios cariocas, eles passam a conviver com os líderes das duas maiores facções cariocas: Comando Vermelho (CV) e Amigos dos Amigos (ADA) com quem estabeleceram relações comerciais e uma política de boa convivência nas cadeias e nos territórios controlados pelas facções. No entanto, como destacam os autores do livro, houve uma ruptura no processo de consolidação do PCC pelo país, pois os comandos fundados nos outros Estados acabaram demandando autonomia, e como a “declaração de independência” não havia sido combinada, os grupos entram em conflito. Na ocasião, uma reformulação no Estatuto do PCC é realizada com novas ordens: “O Comando não tem limite territorial, todos os integrantes que forem batizados são componentes do Primeiro Comando da Capital, independente da cidade, estado ou país, todos devem seguir a nossa disciplina e hierarquia do nosso estatuto” (2018, p. 189).

Importante o destaque feito pelos autores do livro sobre a nacionalização do PCC como um processo bastante complexo, com situações distintas, lógicas e

2. Ver artigo complementar publicado em 21/02/2019 pelos autores no site da editora Todavia: https://todavialivros.com.br/visite-nossa-cozinha/a-transferencia?fbclid=IwAR3apYg_4v8r-Wg7yY0og7nD6kCRbqAcxPQDFmWCh995Z2N11_xfhtnwnC0

dinâmicas próprias, pois existiram expansões dentro dos presídios e fora deles, com suas especificidades e com movimentações distintas nas diferentes regiões do Estado brasileiro. Segundo os autores: “A nova mentalidade do crime chegava para provocar abalos nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. As atividades criminais mesmo as minoritárias, passariam a ser executadas por homens armados, dispostos a ganhar dinheiro, seduzindo os jovens locais a embarcar na aventura. Com a profissionalização do varejo da droga e o incremento do acesso a armas de fogo em áreas até então livres desses problemas, a violência começou a se multiplicar. O problema se agravaria com a migração dos bandos atuantes nos ataques às instituições financeiras. As polícias e os grupos de extermínio ingressaram nessa festa macabra; sem contar as prisões, logo transformadas na central de planejamento. O conflito imaginário, criado para justificar a truculência e o desrespeito dos direitos por parte das autoridades, lentamente assumia contornos reais” (2018, p. 199).

No desfecho do livro, também reconhecido como um capítulo importante da história do PCC é a narrativa sobre o assassinato dos líderes: Gegê e Paca no dia 15 de fevereiro de 2018 numa reserva indígena localizada no município de Aquiraz no Ceará. Segundo os autores do livro “A Guerra”, a atuação extremamente autônoma deles, a ousadia e ambição de seus projetos próprios entraram em confronto com o padrão operacional do PCC, baseados na “colegialidade, discrição e segurança, articulando a dimensão econômica à dimensão política” (2018, p. 300). Poucos dias após o duplo assassinato, a Polícia do Ceará apresentou detalhes da operação criminosa que objetivou cessar o poder desses líderes. Em meio a especulações, boatos e muitas dúvidas, a morte dos chefões caiu como uma bomba na cúpula do PCC, e logo na sequência ocorreram várias mortes e desaparecimentos de pessoas com ou sem aproximação com o PCC. Na apuração do caso, o Ministério Público do Estado do Ceará denunciou 10 pessoas pelo crime, dos quais, grande parte está foragida.

Em meio as principais manchetes e histórias sobre o mundo do crime no Brasil estão os índices de homicídios e os conflitos entre as facções criminosas que ascenderam de forma impressionante, especialmente no Nordeste Brasileiro, com as principais capitais apresentando os maiores índices nacionais

e dando uma nova dinâmica a violência e suas formas de interpretação. Nesse sentido, o livro “A Guerra” contribui de forma importante para a compreensão do poder das facções criminosas e a ineficiência do Estado Brasileiro em enfrentar esse poder. A violência tomada como uma representação social é produtora de significados diversos. No Brasil contemporâneo, a violência tornou-se uma expressão cotidiana. É um debate que está presente em todos os espaços sociais, pois encontra-se presente nas rodas de conversa, nas notícias de jornal, nos vídeos compartilhados da internet, em experiências vividas por nossos familiares, amigos, colegas, conhecidos, desconhecidos, entre outros. César Barreira³ (2013) destaca que a sensação de insegurança e o medo social no Brasil têm profunda relação com as taxas de homicídios e criminalidade, configurando uma “violência difusa”, no qual, independente de sexo, idade ou classe social, todos possam ser vítimas de alguma prática considerada violenta presentes em diversas situações sociais. O termo “difuso” para o pesquisador qualifica e fundamenta uma dimensão polifônica da violência, uma “sensação difusa de violência”, bem como “medos sociais difusos”, pois “o difuso configura claramente o incontrolável e o imponderável” (2013, p. 239). Portanto, a guerra entre as facções e sua expansão pelas demais regiões do país tem como um de seus mais cruéis resultados a redefinição de um novo modo de viver das comunidades dominadas pelas facções, onde a vida comunitária não se compartilha mais em conversas nas calçadas, ruas, esquinas, mas sim, através de sentimentos de medo de viver na cidade e de partilhas de dores pela morte de pessoas conhecidas, familiares ou integrantes de seus ciclos de afetos, e assim, não custa constantemente lembrar: “Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?” #MariellePresente.

3. Barreira, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. Revista Brasileira de Sociologia. v.1 n.1. jan/jul.2013.